

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## CIÊNCIA E POLÍTICA: A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL NO PERÍODO REGENCIAL

Arthur Daltin Carrega

Doutorando pelo programa de pós-graduação em história da UNESP (bolsista CNPq)

arthur.carrega@unesp.br

### RESUMO:

A comunicação tem como objetivo realizar uma análise da atuação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) no cenário político-social brasileiro do período regencial. As reflexões são resultados parciais da pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida junto a UNESP desde 2019, a qual se debruça sobre o periódico da mesma instituição intitulado *O Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN) e que juntos, podem ser apontados concomitantemente como produtor e produto de uma classe social que, na ocasião, ainda estava em formação no país e que posteriormente se consolidou como dominante. Influente e atuante desde a década de 1820, a entidade manteve o foco em questões relativas à agricultura, silenciando a respeito das numerosas e sangrentas revoltas daquele conturbado momento, deixando as influências liberais apenas no desenvolvimento material.

Esta comunicação tem o objetivo de refletir sobre a atuação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) durante o período regencial através do periódico da mesma instituição, a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional* (AIN), que foi editado e publicado no Rio de Janeiro, então capital do Império, entre 1833 e 1896. A SAIN, como outras instituições do mesmo período, pode ser apontada como elitista e mais ainda, neste caso, como uma representante dos interesses agrários em um momento de transição<sup>1</sup>, no qual as classes sociais ainda não estavam definidas, em especial a

---

<sup>1</sup> Conceitos como “Aristocracia rural” e “nova elite agrária”, este segundo criado por Jurandir Malerba (1994), devem ser usados com cautela no cenário proposto, pois carregam significados mais amplos e como colocamos acima as classes sociais não estavam bem definidas. Neste caso, nos referimos a grupos

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

“Burguesia agrária”, como colocou Sônia Mendonça, que se consolidou no fim da centúria através do ruralismo ou da política do café com leite, já em tempos republicanos.

Para refletir sobre essas questões e o amadurecimento ideológico dessa esfera, nossa investigação usa como referências teóricas as obras “Mudança estrutural na esfera pública” de Jürgen Habermas (2014) e “British political culture and the idea of public opinion” de James Thompson (2013), as quais precisam ser minuciosamente adaptadas devido as grandes diferenças de contextos estudados por esses autores em relação ao Brasil. O país se conservava como uma monarquia e nos primeiros anos tinha características centralizadoras, mais ainda, era essencialmente agrário, com poucos exemplos urbanos bem consolidados, motivo que levou nossa pesquisa a focar na cidade do Rio de Janeiro, que tinha pouco mais de 43 mil habitantes em 1799 e 97 mil em 1838, ainda bem distante dos aproximadamente 500 mil da Londres analisada por Thompson<sup>2</sup>. Consideramos ainda a formação política de vários grupos dispersos pela capital inglesa, que eram muito mais bem estruturados e definidos que os brasileiros, entre os quais o mesmo destaca o de operários e o das mulheres.

Mesmo assim, as reflexões dos dois autores me servem de parâmetro, uma vez que Habermas, ao estudar a formação da esfera pública burguesa, mostra que os periódicos tiveram importância fundamental na formação política e ideológica das classes sociais do século XIX, primeiro popularizando o romance e posteriormente popularizando o interesse pela política, ainda que o acesso a essas leituras fossem restritos aos letrados (com destaque para a nova burguesia, muitas vezes oriunda da administração monárquica). Thompson, na mesma esteira, sugere que periódicos foram uma forma de atuação política de vários grupos antes do advento do sufrágio (usando a data de 1914), como o das mulheres e o de operários. Para o historiador, assim, a ‘opinião pública’ atuava e pressionava a administração estatal através dessas folhas e posteriormente de outros mecanismos – a plataforma e a petição –, o que as torna uma interessante fonte de pesquisa para interessados no assunto.

---

abastados, ligados à agricultura, que procuravam se renovar no cenário do Império recém independente para conservar os privilégios de tempos passados.

<sup>2</sup> A cidade do Rio de Janeiro chegaria a 911 mil em 1900. FONTE: IBGE, Censo demográfico do Rio de Janeiro. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ1799\\_1900.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RJ1799_1900.pdf)>

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Passando para a análise específica da SAIN e sua revista, podemos apontar que a instituição fora fundada oficialmente em 1828 sob a jurisdição do Ministério dos negócios do Império. Era diretamente ligada à administração monárquica e ao Imperador, que diante do estatuto tinha a responsabilidade de indicar o presidente da Sociedade. A condição permitiu a entidade não só se estabelecer como referência nesses assuntos, mas também criar outras organizações, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de 1838. Em 1860 migrou para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras (MACOP).

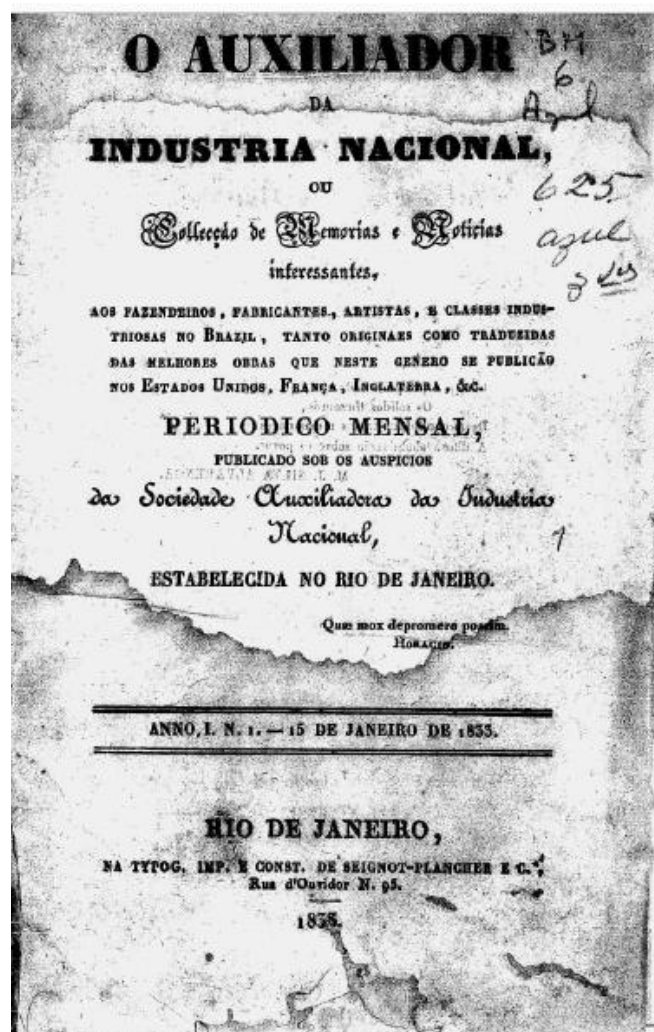
Após a abdicação de Pedro I em 1831 a SAIN acabou procurando outras formas de posicionamento e relação política, dos quais a revista pode ter sido um desses caminhos, que também ampliaria as possibilidades de arrecadação de recursos – seja por novos associados ou através da comercialização do periódico. Tal periódico era essencialmente científico e publicava uma série de textos técnicos ligados à agricultura ou ao ambiente doméstico, como novas máquinas que acelerassem e melhorassem a produção, novas técnicas de plantio, possibilidades de outras culturas lucrativas, controle de pragas, remédios caseiros, métodos para conservar alimentos entre outros.

A periodicidade era mensal e tinha aproximadamente 30 páginas por edição. A opinião política também aparecia e não fugia dos mesmos objetivos gerais, contemplando uma característica, já bem conhecida pela historiografia, dos grupos dominantes do período, que selecionava dos discursos “liberais” que atravessavam o Atlântico, apenas a parcela que interessava aos grandes produtores rurais, que conservariam a condição de país agroexportador. Mais ainda, até a década de 1840 era nítido um esforço em se fazer silêncio sobre assuntos polêmicos que também já incomodavam estes grupos, como a abolição da escravidão e a repressão violenta aos movimentos sociais regenciais.

Suas publicações sugeriam e até defendiam a ação efetiva do Estado em questões relativas à agricultura, como a criação de um código jurídico para o trabalho no campo e a fundação de escolas técnicas que disseminassem o conhecimento que consideravam necessário para o desenvolvimento material do setor. De maneira geral, podemos considerar até que pediam junto ao poder central a institucionalização daquilo que já faziam através revista: ou seja, a vulgarização de um conhecimento específico que desenvolvesse o campo.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Imagem 1: Capa da primeira edição do Auxiliador da Indústria Nacional



Fonte: O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, janeiro de 1833

Mais ainda se posicionavam em favor de uma administração política que garantisse a modernização do Brasil e o consagrasse como uma monarquia, agrária e

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

cristã (católica). Em outras palavras, seria um equívoco afirmar que os grandes produtores rurais ou a Sociedade Auxiliadora eram contrários ao desenvolvimento de um Brasil moderno, mas podemos refletir sobre o conceito de “progresso” e “modernidade” que queriam implantar e de como essas ideias foram erigidas e difundidas pelos mesmos.

Usavam a Europa e, aos poucos os Estados Unidos como referências para o modelo civilização moderna que queriam importar, mas limitando suas visões ao setor agrícola. Por isso liam revistas, jornais, entre outros periódicos da área e estudavam em instituições do exterior para incorporar inovações específicas. Posteriormente, fizeram esforço para criar no Brasil, sistemas de disseminação desse conhecimento, como a fundação da própria Sociedade e a publicação, da revista com textos originais e traduzidos e de instituições de ensino técnico (LIMA, 2009, p. 470). Nesse sentido, podemos refletir que as folhas, como o AIN, se constituíram e formaram como espaços de diálogos com ambições muito inovadoras, que buscavam fazer indagações sobre os problemas do Império a partir de concepções e teorias até então desconhecidas e propor mudanças.

Essa característica dúbia pode ser constatada em vários exemplos dispersos nos debates da diretoria, publicados como ata no periódico, assembleias gerais que seguiam o mesmo mecanismo e em artigos da revista, todos seguindo a ideia genérica de que o progresso estaria ligado diretamente às inovações materiais do campo. No contexto conturbado da regência podemos eleger como exemplos algumas discussões acerca da fundação das escolas técnicas e outras que sugerem a presença efetiva de monarquistas e regressistas no quadro de membros.

Marcelo Basile chamou a atenção para a existência principal de três grupos políticos naquele período que disputaram o poder e criaram vários projetos administrativos para o país. Os “Caramurus”, monarquistas, os “Moderados”, adeptos do liberalismo clássico de Locke, Montesquieu e Benjamin Constant e os “Exaltados”, que defendiam ideias mais progressistas como as de Jean J. Rousseau e Thomas Paine (BASILE, 2009, p. 61). Na primeira edição do periódico lemos o seguinte trecho:

Já fortes em teorias, é tempo senhores de meditarmos nos meios práticos para obter tudo que nos faz tão grande e tão visível falta. Este Império, que a natureza nos apresentara rústico, precisa dos ornatos da civilização; os tijupares de pindoba devem tornar-se em elegantes e cômodas habitações; os matos embrenhados em fazendas de uma cultura perfeita; os rios empecidos, em canais de franca navegação; as apenas praticáveis veredas em fáceis e seguras

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estradas, os toscos teares, em máquinas perfeitíssimas, enfim é nosso dever quanto esteja da nossa parte, enfeitar o que acharmos gentil, é verdade, porém meio nu e desalinhado.

As comoções políticas, porque temos passado, empeceram [prejudicam] esta Sociedade de celebrar seu aniversário de um modo brilhante, contudo tenho a satisfação de anunciar-vos que já temos feito alguma coisa [...] (O AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL, janeiro de 1833, p. 12-13).

As comoções políticas citadas no trecho podem ser oriundas da própria abdicação de Pedro I e claramente incomodavam os membros da diretoria. Anos mais tarde, em 1838, outro trecho de debates incluso na revista como ata da sessão da diretoria mostra certa euforia com a possibilidade de restauração do trono:

O mesmo Sr. Ignacio Alvares (presidente honorário na ocasião) propôs:

1.º, que se compre um quadro com o retrato de Sua Majestade o Imperador o Sr. D. Pedro II., para se colocar na Sala das Sessões a par do de seu augusto pai, protetor desta Sociedade;

2.º, que o Conselho rogue a Sua Majestade Imperial, que se digne tomar a Sociedade debaixo da sua alta proteção, aceitando o título de protetor (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, março de 1838, p. 87).

No trecho é notável que esses membros não faziam nenhuma questão de esconder seu apoio à restauração e ao Imperador em si, ao qual se referiam já desta forma. Em 1840, após o golpe da maioria publicaram outro trecho com a mesma característica:

O Secretário Adjunto leu um Ofício do Ex. Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, comunicando à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, por ordem de S. M. o Imperador, haver o mesmo Augusto Senhor acolhido benignamente os votos de respeito e lealdade, que, a mesma Sociedade manifestou na representação que dirigiu a sua Augusta Presença, pelo fausto acontecimento da sua exaltação ao Trono do Brasil. O Conselho recebeu com especialíssimo agrado o mencionado ofício e determinou que fosse impresso no Periódico da Sociedade.

Assim, não é absurdo considerar que dentro do quadro de associados existiam membros com postura mais moderada, mas vários momentos sugerem a presença efetiva de restauradores. O que fica em aberto é o motivo desse apoio, uma vez que não ficou claro diante da revista se a SAIN recebia recursos oriundos da administração monárquica, portanto, em um primeiro momento, a resposta para essa dúvida está mais uma vez ligada ao projeto central da instituição, ou seja, acreditavam que a monarquia era benéfica aos interesses agrícolas.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em relação ao sistema de ensino, a SAIN identificava um problema entre os lavradores do Brasil, que eram pouco instruídos racionalmente e conheciam apenas técnicas arcaicas de plantio. Em um trecho de maio de 1833 lemos:

Entretanto permita-me perguntar-lhe, porque não calcula assim o nosso povo do Brasil? Na minha opinião é porque nos falta a educação, e em Coimbra as lições de Ateísmo, aclamadas publicamente nas ruas, tapava os olhos do corpo, e mais os da Alma (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, maio de 1833, p. 31).

O que chama a atenção é a preocupação do autor em relação a essa postura inculta do povo brasileiro, que não teria os conhecimentos de economia e cálculo para perceber os benefícios daquele avanço, mais ainda o redator fala sobre as “lições de ateísmo”, que teriam “tapado os olhos da alma” da população de Coimbra. Tal diagnóstico levou os membros aos poucos a considerar a importância da fundação de uma escola (para meninos e adultos) técnica, que ensinasse justamente esses procedimentos mais modernos. No ano de 1839 publicaram um texto traduzido, sem identificar o autor, intitulado catecismo de agricultura, no qual era listado uma série de perguntas e respostas sobre os avanços da agricultura:

Pergunta (P): Como se prova que agricultura é o fundamento da riqueza pública?

Resposta (R): 1º. Porque a parte principal da publica riqueza se compõe dos produtos da terra; 2º. Porque se unicamente se compusesse dos produtos do comércio e da indústria, estes se empregariam em adquirir os da agricultura, que são absolutamente indispensáveis para a subsistência, habitação, vertuario, e outras necessidades do homem; 3º. Porque a maior parte das contribuições que recebem os governos, recaem sobre os produtos da terra [...].

P: Como se removem os obstáculos que se opõem ao progresso da agricultura?

R. Evitando que as leis e o governo estorvem o lavrador de lançar mão de quantas operações e recursos convenham para melhor alcançar bom êxito de seus trabalhos, contanto que não seja com infração da moral pública e em prejuízo do bem comum. Um lavrador deve ter ampla liberdade para cercar sua sementeira, para derrubar as suas árvores para fixar a época do coito de seus animais de criação, como e quando lhe convenha. As leis devem favorecê-lo, e não dirigi-lo nem atar-lhe os braços [...].

P. Como se promovem os conhecimentos úteis à Agricultura?

R. 1º. Estabelecendo uma direção ou Junta de Agricultura, com o direito de exercer certos actos de autoridade. 2º. Formando casas de lavoura experimental. 3º. Fundando escolas de Agricultura. 4º. Acorçoando os progressos da arte veterinária” (p. 279 - 280).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A obra, apesar de não produzida pelos membros da SAIN, continha diretrizes que ela mesmo defendeu, apontando que, para eles, o Estado tinha papel fundamental na criação ou transformação do ambiente, para que ficasse favorável ao desenvolvimento da agricultura e na capacitação do agricultor, seja por meio da criação de leis e impostos que valorizassem este elemento, ou fundando e mantendo escolas públicas que difundissem os conhecimentos úteis à produção do setor. Esta última pode ser relacionada com a idealização, também muito debatida desde o primeiro volume da revista, do espírito associativo, o que significa afirmar que de uma maneira geral defendiam a proposta de institucionalização daquilo que já faziam, de forma que o acesso ao conhecimento e às habilidades necessárias à modernização do trabalho e da produção no campo fossem ampliadas. Viam em tais ambientes, ainda, a possibilidade de combater a pobreza, como podemos ler no seguinte trecho, de junho de 1835:

A Suíça está semeada de pequenas Colônias, onde a Agricultura fornece aos rapazes pobres uma ocupação lucrativa, que lhes permite, com o tempo, pagar por si mesmos as despesas do seu ensino, e acumular um pequeno pecúlio para o momento de sua saída da escola.

Cada dia vem mostrar as vantagens econômicas e morais desta combinação pedagógica e agrícola, que converte um terreno pobre em ricas culturas e desgraçados meninos mendicantes em cultivadores honestos, laboriosos e instruídos.

Fora do seu recinto estas escolas exercem também uma salutar influência; o espetáculo de sua prosperidade, ordem, virtudes, e contentamento que reinam entre os discípulos, toca o espírito, ganha o coração dos pais, e os faz insensivelmente participar dos progressos de seus filhos [...].

Os campos despovoam-se em grande parte porque os rapazes ali nascidos vem atulhar as Cidades, onde lhes é mais fácil empregar-se, ou viver sem maior trabalho. Restituam-se aos campos os braços, que eles assim perdem; multipliquem-se ali escolas de pobres e órfãos, disponham-se desta maneira abraçar a vida agrícola, tão feliz para os que conhecem todos os seus bens (O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL, junho de 1835, p. 186).

O trecho mostra uma das primeiras vezes em que a SAIN resolveu tomar as rédeas da ideia e fundar uma escola própria, apesar de pedir apoio ao governo central. Empreendimento que mobilizou várias discussões da diretoria, buscando um lugar ideal, considerando o tempo de concessão, a qualidade da terra e a área. A escola só saiu do papel em 1871, quando a instituição inaugurou a Escola Noturna de Instrução Primária para Adultos e a Escola Industrial (PENTEADO, 2018, p. 130) após muitos debates sobre

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

as diretrizes, os fundamentos, os objetivos entre outros assuntos relacionados ao sistema de ensino.

Podemos concluir, diante desses fatores, que apesar do momento histórico conturbado das regências trina e una a SAIN se comportava como uma entidade otimista em relação ao futuro, o qual dependia mais da aplicação das ciências físicas, do domínio da natureza e da, conseqüente, modernização material da produção agrícola que de transformações políticas, nas relações de trabalho e da urbanização que vinham aos poucos se apresentando para os agentes do poder na ocasião. Em outras palavras, a instituição concentrou seus esforços em veicular e popularizar uma proposta de reforma “liberal” que modernizasse o país respeitando os limites estabelecidos pelos interesses da “elite agrária”, que aproveitava sua condição de protagonista na economia imperial para reestruturar seus próprios mecanismos de dominação e transformar o modo de produção de uma maneira gradativa, conservando a organização social vigente e responsabilizando outros fatores pelos “atrasos” do Brasil em relação à outras nações, como a falta de conhecimentos técnicos.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. EdUSP, São Paulo, 2019. 320 p.

ANDRADE, André Luiz Alípio de. **Variações sobre um tema: A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o debate sobre o fim do tráfico de escravos (1845-1850)**. Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas 2002.

ANDRADE, A. L. A. **Uma visão do progresso: a influência da economia política na interpretação da transição da ordem escravista (A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional 1850-1877)**. Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas 2002.

SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

BARRETO, Patrícia R. C.. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: O templo carioca de Palas Atena**. Rio de Janeiro, 2009. Tese (Doutorado em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia) – Instituto de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BASILE, Marcello. O Laboratório da nação. *In*. GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, pp. 53-119.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910**. Tradução: João Maia. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Campinas, UNICAMP, 1977. 294p.

FREITAS, Maria Helena. Considerações acerca dos primeiros periódicos científicos brasileiros. *Ciência da Informação (Ibict)*. Brasília, v. 35, n. 3. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1113/1243>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Denilson Luís Werle. 1 ed. São Paulo. Editora Unesp, 2014. 565p.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. **O Brasil Imperial**. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, pp.467-497.

MALERBA, Jurandir. Os brancos da lei: liberalismo, escravidão e mentalidade patriarcal no Império do Brasil. EDUEM, 1994, 177 p.

MARQUESE, Rafael. TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *In*. GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, pp. 339 – 384.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O gigante e o espelho. *In.* GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, pp. 13 – 51.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)**. Hucitec, São Paulo, 1997.

PENTEADO, David Francisco de Moura. O Auxiliador da Indústria Nacional: Um periódico a serviço do estado brasileiro? (1833 – 1896). **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, nº15, jul-dez, 2018. p.126-143.

PENTEADO, David Francisco de Moura. SILVA, César Agenor Fernandes da. O perfil dos redatores do periódico O Auxiliador da Indústria Nacional (1833-1896). **Revista Diálogos Mediterrânicos**. Número 12, junho/2017, pp. 132 a 153.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa revolução Farroupilha. **O Brasil Imperial**. Volume II: 1831 – 1870. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2009, pp. 231-267.

THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿Lucha de clases sin clases? *In.* **Tradición, revuelta y conciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Tradición castellana: Eva Rodríguez. Editora Crítica. 3º edición, Barcelona, 1989. p. 7-61.